



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assunto da interpelação e respectivas questões

Tendo em conta que são já cerca de 20.000 os candidatos que se encontram há já vários anos em lista de espera por habitações, tanto económicas como sociais, é natural que o descontentamento seja enorme. A abertura de novo concurso para habitações sociais não passa duma confirmação do facto de o plano de construção de 19.000 fracções públicas não conseguir dar resposta às necessidades reais. São muitos os residentes que desejam ansiosamente que o Governo reabra também o processo para as habitações económicas, sendo mesmo premente acelerar a construção de um maior número de habitações públicas. No meu entender, o Governo deve mobilizar terrenos no sentido de aumentar até 40 mil o número de fracções públicas a disponibilizar. Para além disso, é ainda necessário fixar um prazo concreto para a atribuição de habitações sociais e económicas aos candidatos que se encontram em lista de espera, medida que pode contribuir para facilitar a tomada de decisão dos residentes em relação à aquisição da sua primeira habitação.

Desde o estabelecimento da RAEM que tem sido baixo o grau de transparência nos processos de concessão de terrenos. Muitos construtores a quem foram concedidos terrenos aguardam oportunidades para, com esses terrenos, assegurarem lucros avultados, e a tolerância a essa situação resultou em situações injustas de troca de interesses. Segundo as “Propostas de Revisão Preliminar da Lei de Terras e dos



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Diplomas Complementares”, disponibilizadas pela Secretaria para os Transportes e Obras Públicas, no respeitante ao “Mecanismo de fiscalização do cumprimento dos contratos de concessão” foram recolhidas as seguintes opiniões: “propõe-se que seja tomado por referência o modelo de Hong Kong. Isto é, o Governo deve retomar com toda a firmeza os terrenos cujo aproveitamento não seja possível”, “se os investidores, depois de conseguirem terrenos através de concurso público, não procederem ao desenvolvimento dos mesmos no prazo de dois anos, deve o Governo poder retomá-los, a título gratuito, e submetê-los a nova licitação” e quando, “independentemente das razões, o terreno não tiver sido aproveitado no prazo de três anos, o Governo deve ter direito a retomá-lo”. É francamente razoável que se retomem os terrenos concedidos que entretanto ficaram por desenvolver, e que os mesmos se aproveitem para a construção de habitações públicas.

Assim sendo, interpelo a Administração sobre a sua política de terrenos e de habitação pública:

1. Os residentes têm sofrido muito com os constantes adiamentos do Governo em matéria de disponibilização de habitações públicas, assim, há toda a necessidade de fixar um prazo para o tempo de espera, de modo a eliminar as preocupações dos residentes. Atendendo aos muitos candidatos que se encontram há já muito tempo em lista de espera por habitações sociais e económicas, não deveria o Governo da RAEM fixar um prazo



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

concreto para essa espera? Quanto aos requerentes que recentemente se registaram para a atribuição de habitações sociais e aos novos requerentes de habitações económicas, cujos requerimentos venham a ser apresentados ao abrigo do novo regime de habitações públicas, não deveria também ser fixado, em termos gerais, um prazo para o tempo de espera?

2. O Governo da RAEM apresentou o plano de construção de 19.000 habitações públicas apenas para responder às necessidades dos 20.000 candidatos que se encontram há já bastante tempo em lista de espera por habitações económicas e sociais. Mas com a reabertura de novas candidaturas para a atribuição de habitações sociais e com as futuras candidaturas para atribuição de habitações económicas, aquele número de habitações previsto pelo Governo não vai, de modo algum, ser suficiente, devido ao aumento das candidaturas. O Governo reconhece que a proporção de habitações públicas é demasiado baixa em Macau? Concorde com a necessidade de se continuar a aumentar a oferta de habitações públicas, no sentido de concretizar as solicitações dos candidatos que aguardam por habitações económicas e sociais, isto é, haver um prazo concreto para a atribuição de uma habitação, bem com a oferta de mais uma opção àqueles que pretendem adquirir a sua primeira habitação?

3. O Governo vai mobilizar rapidamente ainda mais recursos de solos para a construção de habitações públicas? Vai, por exemplo, aproveitar os



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

terrenos com fins habitacionais de Seac Pai Van e os restantes terrenos entretanto não desenvolvidos do Parque Industrial da Concórdia para a construção exclusiva de habitações públicas? Vai reaver os terrenos concedidos que não foram aproveitados no prazo definido ou de acordo com as cláusulas contratuais, bem como reaver os terrenos concedidos através de concurso público para os quais não existe ainda qualquer plano de desenvolvimento, e vai aproveitá-los para a construção de habitações públicas?

20 de Outubro de 2009.

O Deputado à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,
Ng Kuok Cheong